



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

CRENCIAMENTO DE PROFESSORES 2018

PROJETO DE PESQUISA DE JAIME BARREIROS NETO

Salvador - BA

Dezembro - 2017

1. Tema proposto.

Direito Eleitoral, cultura política, participação e instituições representativas no Brasil contemporâneo.

2. Área de Concentração.

Direitos Fundamentais e Justiça

3. Linha de Pesquisa.

Direitos Fundamentais, Cultura e Relações Sociais

4. Grupo de Pesquisa.

Democracia e participação na contemporaneidade (certificado pelo CNPQ - dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/2750373008563245)

5. Participantes atuais do projeto.

Jaime Barreiros Neto (líder do grupo) → Professor Assistente da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia, aprovado em concurso público de provas e títulos, é Doutor em Ciências Sociais, Mestre em Direito Público e Bacharel em Direito pela citada universidade. É ainda professor da Universidade Católica do Salvador (desde 2004) e Faculdade Baiana de Direito (desde 2007). Lecionou nos cursos de graduação em Direito da Faculdade Ruy Barbosa (2005 a 2007) e da Faculdade Batista Brasileira (2006). É também professor convidado de vários cursos de especialização em Direito, sendo atualmente coordenador do Curso de Pós-Graduação em Direito Eleitoral da Faculdade Baiana de Direito e do Curso de Especialização em Direito e Processo do Trabalho da Universidade Católica do Salvador. É ainda Analista Judiciário do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, Ex-Vice-Diretor da Escola Judiciária Eleitoral da Bahia, Vice-Presidente do Instituto de Direito Constitucional da Bahia, Auditor e Ex-Procurador do Tribunal de Justiça Desportiva do Futebol da Bahia, além de autor de

obras jurídicas. Atua nas áreas de Direito Eleitoral, Direito Constitucional, Direito Desportivo, Teoria Política e Democracia Contemporânea.

Cláudio André de Souza (líder do grupo) → Possui Graduação com habilitação em Ciência Política (2009), Mestrado (2011) e Doutorado (2016) em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Atualmente é Professor Adjunto da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Campus dos Malês (BA). Possui experiência de pesquisa nos seguintes temas: democracia, participação, movimentos sociais, representação, partidos políticos e protestos.

Pedro Arnaldo Ribeiro → Analista Legislativo da Câmara dos Deputados, com lotação na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), Especialista em Direito Internacional pelo Centro de Direito Internacional (CEDIN), Bacharel em Direito pela Universidade Católica do Salvador (UCSal). Ex-Assessor da Corregedoria Nacional do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), de 2011 a 2016.

Sabrina de Oliveira Silva Telles → Advogada. Mestranda em Políticas Sociais e Cidadania pela Universidade Católica do Salvador (UCSal). Graduada em Direito pela Universidade Católica do Salvador (UCSal). Pós-graduanda em Direito do Estado pela Universidade Católica do Salvador (UCSal). Atua principalmente no tema "Direitos Humanos".

6. Objetivos.

O Grupo de Pesquisa em Democracia e Participação na contemporaneidade, já certificado pelo CNPQ, tem como intuito compreender diversas interfaces que estejam situadas nos seguintes aspectos teóricos e empíricos: 1- O papel dos espaços públicos de participação social e política envolvendo movimentos sociais, governos e partidos; 2- A relação entre representação e participação no âmbito da teoria democrática contemporânea, significando esforços de investigação e diálogo com a normatividade; 3- Protestos e a atuação de movimentos sociais em contato próximo ou distante com governos e partidos políticos; 4- Análise de instituições participativas consolidadas a partir da redemocratização do Brasil, a partir da configuração de políticas públicas

voltadas a incentivar diversos níveis de participação da sociedade em desenhos institucionais variados.

Na perspectiva deste grupo de pesquisa, e de forma congruente com a linha de pesquisa “Direitos Fundamentais, Cultura e Relações Sociais”, desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal da Bahia, o projeto de pesquisa proposto, intitulado “Direito Eleitoral, cultura política, participação e instituições representativas no Brasil contemporâneo”, tem como objetivo a difusão de estudos aprofundados relacionados à análise dos desenhos institucionais em debate no Congresso Nacional, no âmbito do Supremo Tribunal Federal e na sociedade em geral em suas interseções com a proposta constitucional de construção de um modelo maximalista de democracia, firmado em uma cultura política participativa, ou mesmo deliberativa.

A Constituição Federal de 1988, produto de uma ampla participação popular vivenciada em todo o país durante os vinte meses de duração da Assembleia Nacional Constituinte instalada em fevereiro de 1987, estabeleceu, de forma inovadora em relação às suas antecessoras, um modelo de democracia maximalista fundado na convergência entre a previsão de eleições diretas e periódicas para os principais postos da administração pública e um grande conjunto de instrumentos de participação direta do povo na vida política do Estado, não mais reduzida, dessa forma, ao exercício do voto.

Como produto de uma nova perspectiva de concepção democrática do país, construída já a partir dos princípios constitucionais fundamentais, o ordenamento jurídico brasileiro, nas últimas três décadas, consagrou uma diversidade de novos institutos, voltados a uma ótica maximalista de democracia, a ser vivenciada nas mais diversas esferas do Estado e da sociedade civil. O poder político, outrora exercido pelo povo através, tão somente, de representantes eleitos ou, muitas vezes, impostos de forma autocrática, passou a se circunscrever, ao menos teoricamente, a uma órbita de exercício firmada em ideais de participação e deliberação, norteadores de uma nova perspectiva teórica de representação política propugnadora de uma maior autonomia dos cidadãos, com a previsão legal de instrumentos como a iniciativa popular de lei, as audiências e consultas públicas, o orçamento participativo e a formação de conselhos e órgãos colegiados de política urbana, no âmbito da União, dos estados e municípios.

No plano teórico, a ordem política firmada pela Constituição Federal de 1988, neste sentido, revela-se como amplamente democrática, a partir de um ideal de conjunção permanente entre representação e participação nas esferas de poder. No plano prático, entretanto, será que, de fato, os institutos da democracia semidireta previstos na Carta Maior têm tido efetividade social? O modelo maximalista de democracia, consagrado constitucionalmente, tem sido praticado na gestão pública? Os desenhos institucionais em voga no país, bem como aqueles em debate no processo de reforma política, são compatíveis com os princípios fundamentais constitucionais, em especial com aqueles vinculados ao pleno exercício dos direitos políticos? Uma ampla reforma institucional teria o condão de estabelecer liames mais efetivos de legitimidade democrática na sociedade brasileira?

A democracia, regime político muitas vezes interpretado como controverso nos seus propósitos e fundamentos básicos, pressupõe uma ontologia eminentemente processual, revelada em incessantes buscas pela liberdade e pela igualdade política, pela ampliação da participação, pelo controle social da administração pública, pela transparência e pela educação cívica. Tendo a realidade democrática natureza dinâmica, muito além de um ideal estático de participação, igualdade política, transparência pública e consagração de liberdades fundamentais, relevante se torna, para a construção de Estado Democrático de Direito, uma postura ativa e vigilante da sociedade em torno da efetivação dos instrumentos jurídicos constituintes da soberania popular. O desenvolvimento de pesquisas acadêmicas que possam contribuir para a busca dessa efetivação, neste sentido, justifica-se de forma plena, uma vez que o entendimento esclarecido acerca da realidade política é requisito básico para a consolidação dos princípios fundantes de qualquer regime de poder que guarde pretensões democráticas.

A partir de uma abordagem interdisciplinar, com ênfase no direito e na ciência política, áreas de formação acadêmica do seu proponente, Jaime Barreiros Neto, Doutor em Ciências Sociais e Mestre em Direito pela Universidade Federal da Bahia, este projeto de pesquisa, a ser desenvolvido em conjunto com discentes sob orientação, buscará desvendar, por meios de estudos qualitativos e quantitativos, graus de efetividade das instituições previstos na Constituição Federal como requisitos para a elevação da qualidade da democracia, com o intuito de levar à sociedade reflexões, por meio de

seminários, debates e publicações, que possam contribuir para a formação de uma nova cultura política mais ampla e participativa, conforme o modelo pretendido pela Constituição Federal de 1988.

7. Problema de pesquisa.

Ao mesmo tempo em que consagra um modelo de democracia maximalista, pautado em uma perspectiva de ampla participação popular, o sistema político brasileiro, ancorado na Constituição de 1988, não consegue se legitimar ante os atores sociais, cada vez mais descrentes com as instituições estatais, os partidos políticos e o próprio regime político democrático.

8. Hipóteses a serem investigadas.

Uma ampla reforma institucional teria o condão de estabelecer liames mais efetivos de legitimidade democrática na sociedade brasileira.

Mudanças institucionais, relacionadas ao sistema partidário, aos sistemas eleitorais, às formas de financiamento político e ao sistema de governo vigente, poderiam contribuir para o incremento da democracia brasileira, colaborando para a construção de uma cultura política democrática.

O estabelecimento de uma cultura política democrática relaciona-se diretamente com o desenho institucional e as normas jurídicas eleitorais estabelecidas por uma determinada sociedade.

9. Resultados esperados.

Desenvolvimento de debates e seminários vinculados ao tema proposto neste projeto de pesquisa e às pesquisas desenvolvidas pelos discentes sob orientação.

Publicação de resenhas, artigos científicos e livros com abordagem temática vinculada aos estudos a serem desenvolvidos durante a execução do projeto proposto.

Produção de dissertações de mestrado e teses de doutorado por parte dos discentes engajados no projeto, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFBA.

10. Cronograma.

A execução do presente projeto deverá ocorrer ao longo de oito semestres letivos.

11. Bibliografia inicial.

ABRANCHES, Sérgio Henrique Hudson de. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. **Dados- Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro. vol. 31, n. 1, p. 05-32, 1988.

ABU-EL-HAJ, Jawdat. Agonia e morte da política de clientela: a reforma política e as novas elites do poder no Brasil. In: **Reforma política no Brasil: realizações e perspectivas**. p. 53-87. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2003.

ALMOND, Gabriel A.; POWELL JR., G. Bingham. **Uma Teoria Política Comparada**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

AMES, Barry. **Os entraves da democracia no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

AVRITZER, Leonardo. **A moralidade da democracia: ensaios em teoria habermasiana e teoria democrática**. São Paulo: Perspectiva, 2012.

_____. **Impasses da democracia no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

_____. Sociedade civil e participação no Brasil democrático. In: AVRITZER, Leonardo (org.). **Experiências nacionais de participação social**. 1. ed. p. 27-54, São Paulo: Cortez, 2009.

_____.; ANASTASIA, Fátima (org.). **Reforma política no Brasil**. 1. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

ARAGÃO, Murillo de. **Reforma política: o debate inadiável**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

ARAS, Augusto. **Fidelidade partidária: efetividade e aplicabilidade**. 1. ed. Rio de Janeiro: GZ Editora, 2016.

AVELAR, Lúcia. **Mulheres na elite política brasileira**. 2. ed. São Paulo: UNESP;

Fundação Konrad Adenauer, 2001.

BAGEHOT, Walter. **The English Constitution**. 1. ed. Londres: Chapman and Hall, 1867.

BARBERÁN, Pablo Marshall. El derecho y la obligación de votar. In: **Revista de Derecho**, Valdivia, Chile, v. XXII, n.1, p. 77-91, jul. 2009.

BARREIROS NETO, Jaime. **Fidelidade Partidária**. 1. ed. Salvador: JusPodivm; Faculdade Baiana de Direito, 2009.

_____. **A engenharia institucional e o debate contemporâneo da reforma política no Brasil**: análise crítica das propostas e tendências. 2017. 667 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador-BA.

BENEVIDES, Maria Victoria. **A cidadania ativa**: referendo, plebiscito e iniciativa popular. 3. ed. São Paulo: Ática, 2003.

_____.; VANNUCHI, Paulo; KERCHE, Fábio (org.). **Reforma Política e Cidadania**. 1. ed. P. 13-32, São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

BIGNOTTO, Newton (org.). **Matrizes do republicanismo**. Belo Horizonte: UFMG, 2013.

BLONDEL, Jean. **Introducción al estudio comparativo de los gobiernos**. Madrid: Biblioteca de política y sociología, Revista de Occidente, 1972.

BOBBIO, Norberto. **Entre duas repúblicas**: às origens da democracia italiana. Brasília: UNB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2001.

_____. **Teoria Geral da Política**: A Filosofia Política e as Lições dos Clássicos. 1. ed. 6. tiragem, organizado por Michelangelo Bovero; tradução: Daniela Baccaccia Versiani, Rio de Janeiro - RJ: Campos, 2000.

_____. **Três ensaios sobre a democracia**. São Paulo: Cardim & Alario Editora, 1991.

_____. **O futuro da democracia**: uma defesa das regras do jogo. 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

_____. **A teoria das formas de governo**. 1. ed. São Paulo: EDIPRO, 2017.

BRASIL, J. F. de Assis. **Democracia representativa**: do voto e do modo de votar. 3. ed. Paris: Guillard, Aillaud & Cia., 1895.

CAGGIANO, Monica Herman S. **Oposição na política**: propostas para uma rearquitetura da democracia. São Paulo: Angelotti, 1995.

CÂNEDO, Letícia Bicalho (org.). **O sufrágio universal e a invenção democrática**. São Paulo: Estação Liberdade, 2005.

CAPALDI, Nicholas (org.). **Da liberdade de expressão**: uma antologia de Stuart Mill a Marcuse. p. IX-XVIII, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1974.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 14. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CARVALHO, L. G. Gradinetti Castanho de. **Liberdade de informação e o direito difuso à informação verdadeira**. 1. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2003

CAVALCANTI, Themístocles Brandão. **O voto distrital no Brasil**: estudo em torno da conveniência e da viabilidade de sua adoção. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1975.

CAVALCANTI FILHO, Theóphilo. A liberdade de imprensa na formação constitucional brasileira. In: CLÉVE, Clémerson Merlin; BARROSO, Luís Roberto (org.). **Direito Constitucional**: teoria geral da constituição. 2ª tiragem, p. 737-750, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. (Coleção Doutrinas Essenciais; v. 1).

CHACON, Vamireh. **História dos partidos brasileiros**: discurso e práxis dos seus programas. 3. ed. Brasília: 1998.

_____. **O novo parlamentarismo**. 1. ed. Brasília: Fundação Milton Campos, 1978.

CHEIBUB, José Antonio; PRZEWORSKI, Adam; SAIEGH, Sebastian. Governos de Coalizão nas Democracias Presidencialistas e Parlamentaristas. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 2, p. 187-218, 2002. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582002000200001&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 24 out. 2016.

CUNNINGHAM, Frank. **Teorias da democracia**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

DAHL, Robert. **Sobre a Democracia**, Brasília: UNB, 2001.

_____. **Poliarquia**: participação e oposição. São Paulo: EDUSP, 1997.

- _____. **A democracia e seus críticos**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.
- _____. Uma crítica do modelo de elite dirigente. In: AMORIM, Maria Stella de. **Sociologia Política, II**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.
- DOWNS, Anthony. **Uma teoria econômica da democracia**. São Paulo: EDUSP, 2013.
- DUARTE, Nestor. **A ordem privada e a organização política nacional**: contribuição à sociologia política brasileira. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966.
- DUARTE NETO, José. **A iniciativa popular de lei na Constituição Federal**. 1. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.
- DUVERGER, Maurice. **Os partidos políticos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar; Brasília: Universidade de Brasília, 1980.
- _____. **O regime semipresidencialista**. São Paulo: Sumaré, 1993.
- DWORKIN, Ronald. **O Direito da liberdade**: a leitura moral da Constituição norte-americana. Trad. Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- FALCÃO, Joaquim (org.). **Reforma eleitoral no Brasil**: legislação, democracia e internet em debate. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder**: formação do patronato brasileiro. 8. ed. São Paulo: Globo, 1989.
- FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **História e teoria dos partidos políticos no Brasil**. 3. ed. São Paulo – SP: Alfa-Omega, 1980.
- _____; PILA, Raul. **Presidencialismo ou parlamentarismo?** Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 1999.
- FRASER, Nancy. **Repensando la esfera pública**: uma contribución a la crítica de la democracia actualmente existente. Disponível em: http://estudios.sernam.cl/img/upoloads/fraser_esfera_publica.pdf. Acesso em 19 fev. 2017.
- FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade** (Coleção “Os Economistas”). São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- FUX, Luiz; FRAZÃO, Carlos Eduardo. **Novos paradigmas do direito eleitoral**. 1. Ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

GUIMARÃES, Ary. **Constituinte de 1988**: retratos de uma época. 1. ed. Salvador: Edições ALBA, 2011.

HÄBERLE, Peter. **Hermenêutica constitucional**: a sociedade aberta dos intérpretes da Constituição: contribuição para a interpretação pluralista e “procedimental” da Constituição. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2002.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança Estrutural da Esfera Pública**, 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

_____. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade, V. II, Rio de Janeiro: Tempo Universitário, 2011.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. Cidadania: o direito à oposição e o sistemas de partidos. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte: Ed. UFMG, v. 78/79, p. 65-102, jan./jul. 1994.

HAMILTON, Alexander. Da reelegibilidade do presidente. In: HAMILTON, Alexander; MADISON, James; JAY, John. **O Federalista**. Tomo III, Cap. LXXII, p. 111-118, Rio de Janeiro: Typ. Imp. E Const. De J. Villeneuve e Comp., 1840.

HAMBLOCH, Ernest. **Sua majestade o presidente do Brasil**: um estudo do Brasil constitucional (1889-1934). Brasília: Senado Federal, 2000.

HAYEK, F.A. **O Caminho da Servidão**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

HELD, David. **Modelos de Democracia**. 3. ed. Madrid: Alianza Editorial, 2012.

HERMENS, F.A. O cavalo de Tróia da democracia. **E-legis**, Brasília, n. 19, p. 7-38, jan./abr., 2016.

HEYWOOD, Andrew. **Ideologias políticas**: do liberalismo ao fascismo. 1. ed. São Paulo: Ática, 2010.

HIRST, Paul. **A democracia representativa e seus limites**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.

HITLER, Adolf. A conspiração da imprensa judaica internacional. In: CAPALDI, Nicholas (org.). **Da liberdade de expressão**: uma antologia de Stuart Mill a Marcuse. P. 109-113, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1974.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo – SP: 1995.

HOLLANDA, Cristina Buarque de. **Teoria das Elites**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

_____. **Modos da representação política**: o experimento da Primeira República brasileira. 1. ed. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2009.

HOLMES, Oliver Wendell. Perigo atual e evidente. In: CAPALDI, Nicholas (org.). **Da liberdade de expressão**: uma antologia de Stuart Mill a Marcuse. p. 49-53, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1974.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

KEANE, John. **Vida e morte da democracia**. São Paulo: Edições 70, 2010.

KELSEN, Hans. **A democracia**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

KLEIN, Cristian. **O desafio da reforma política**: consequências dos sistemas eleitorais de listas aberta e fechada. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

KRAUSE, Silvana; SCHMITT, Rogério (org.). **Partidos e coligações eleitorais no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer; São Paulo: UNESP, 2005.

_____.; DANTAS, Humberto; MIGUEL, Luis Felipe (org.). **Coligações partidárias na nova democracia brasileira**: perfis e tendências. p. 135-164, Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: UNESP, 2010.

LAMOUNIER, Bolívar (org.). **A opção parlamentarista**. São Paulo: IDESP; Sumaré, 1991.

LASKY, Harold J. **A liberdade**. (tradução de Pinto de Aguiar), Salvador: Livraria Progresso Editora, 1958.

LAUVAUX, Philippe. **O parlamentarismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LEMBO, Cláudio (coord.); CAGGIANO, Monica Herman S. (org.). **O voto nas Américas**. 1. ed. Barueri: Minha Editora; São Paulo: CEPES, 2008.

LENIN, Vladimir Ilitch. **Como iludir o povo com os slogans de liberdade e igualdade**. São Paulo: Global Editora e Distribuidora Ltda., 1979.

LEYDET, Dominique. Crise da representação: o modelo republicano em questão. In: CARDOSO, Sérgio. **Retorno ao republicanismo**. p. 67-92. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

LIJPHART, Arend. **Modelos de democracia**: desempenho e padrões de governo em 36 países. Tradução de Roberto Franco. Rio de Janeiro – RJ: Civilização Brasileira, 2003.

LIMONGI, Fernando. Presidencialismo e governo de coalizão. In: AVRITZER, Leonardo; ANASTASIA, Fátima (org.). **Reforma política no Brasil**. p. 237-257. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

LINZ, Juan. Presidencialismo ou parlamentarismo: faz alguma diferença? In: LAMOUNIER, Bolívar (org.). **A opção parlamentarista**. p. 61-120. São Paulo: IDESP; Sumaré, 1991.

_____. Los peligros del presidencialismo. In: **Revista Latinoamericana de Política Comparada**. Vol. 07. p. 11-31. Jul. 2013. Quito, Equador: Centro Latinoamericano de Estudios Políticos.

MACHADO, Jônatas. **Liberdade de expressão**: dimensões constitucionais da esfera pública no sistema social. p.19, Coimbra, Portugal: Coimbra Editora, 2002.

MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro (org.). **A deliberação pública e suas dimensões sociais, políticas e comunicativas**: textos fundamentais. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2009.

MARX, Karl. **Liberdade de imprensa**. Porto Alegre: L&PM, 2000.

MELO, Carlos Ranulfo. **Retirando as cadeiras do lugar**: migração partidária na Câmara dos Deputados (1985-2002). Belo Horizonte – MG: UFMG, 2004.

MERQUIOR, José Guilherme. **O liberalismo antigo e moderno**. 3. ed. São Paulo: É Realizações, 2014.

MIGUEL, Luís Felipe. **Democracia e representação**: territórios em disputa. 1. ed. São Paulo: UNESP, 2014

_____. A Democracia Domesticada: Bases Antidemocráticas do Pensamento Democrático Contemporâneo. In: **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 45, n. 03, 2002.

MILL, John Stuart. **Considerações sobre o governo representativo**. São Paulo: IBRASA, 1964.

MILTON, John. **Areopagítica**: discurso pela liberdade de imprensa ao parlamento da Inglaterra. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

MIRANDA, Jorge. **Teoria do Estado e da Constituição**. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

_____. **Formas e sistemas de governo**. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

MOISÉS, José Álvaro (Org.). **Democracia e Confiança**: Por que os Cidadãos desconfiam das Instituições Públicas? 1 ed. v. 1, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

MOSCA, Gaetano. **La clase política**. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 2009.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Introdução à História dos Partidos Políticos Brasileiros**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

MOUFFE, Chantal. Democracia, cidadania e a questão do pluralismo. In: **Política & Sociedade**. n. 3. p. 11-26, Florianópolis: UFSC, 2003.

MULHOLLAND, Timothy; RENNÓ, Lúcio R. (org.). **Reforma Política em questão.**, Brasília: UNB, 2008.

NICOLAU, Jairo. **História do voto no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro – RJ: Jorge Zahar, 2002.

_____. **Sistemas Eleitorais**. 5. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

_____. **Eleições no Brasil**: do Império aos dias atuais. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

_____. **Multipartidarismo e democracia**: um estudo sobre o sistema partidário brasileiro (1985-1994). 1. ed. Rio de Janeiro - RJ: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

NOHLEN, Dieter (editor). **Elecciones y sistemas de partidos en America Latina**. 1. ed. San José, Costa Rica: IIDH, 1993.

NOVAIS, Jorge Reis. **Semipresidencialismo**: teoria do Sistema de governo semipresidencial. Vol. I, Coimbra, Portugal: Almedina, 2007.

OSORIO, Aline. **Direito eleitoral e liberdade de expressão**. 1. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2017.

PASSOS, J.J. Calmon de. **Direito, Poder, Justiça e Processo**: julgando os que nos julgam. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

PIÇARRA, Nuno. **A separação dos poderes como doutrina e princípio constitucional**: um contributo para suas origens e evolução. Coimbra, Portugal: Coimbra Editora, 1989.

PINTO, Djalma. **Ética na Política**. 1. ed. Fortaleza: Djalma Pinto, 2015.

PITKIN, Hannah. Representação: palavras, instituições e ideias. In: **Lua Nova**, São Paulo, 67: p. 15-47, 2006.

PORTO, Walter Costa. **O Voto no Brasil, da Colônia à 6ª República**. 2. ed. Rio de Janeiro - RJ: Topbooks, 2002.

_____. **A mentirosa urna**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

RAE, Douglas W. **The Political Consequences of Electoral Laws**, New Haven and London: Yale University Press, 1967.

RANCIÈRE, Jacques. **O ódio à democracia**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

RAMOS, André de Carvalho (org.). **Temas de Direito Eleitoral no Século XXI**. 1. ed. Brasília: Escola Superior do Ministério Público da União, 2012.

RAWLS, John. **Uma Teoria da Justiça**, Brasília: UNB, 1981.

_____. **O liberalismo político**. São Paulo: WMG Martins Fontes, 2011.

REALE, Miguel. **Parlamentarismo brasileiro**, 1. ed. São Paulo: Saraiva, 1962.

_____. O sistema de representação proporcional e o regime presidencial brasileiro. **Estudos Eleitorais**, Tribunal Superior Eleitoral, Brasília, v. 1, n. 1, p. 101-130, jan/abr. 1997.

REIS, Márlon. **O gigante acordado**: manifestações, ficha limpa e reforma política. Rio de Janeiro: Leya, 2013.

RENAULT, Christiana Noronha. **Os sistemas de governo na república**. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 2004.

RENNÓ, Lúcio. Reformas políticas no Brasil: realizadas e prováveis. In: MULHOLLAND, Timothy; RENNO, Lúcio R. (org.). Reforma Política em questão. p. 13-42, Brasília: UNB, 2008.

_____. Críticas ao presidencialismo de coalizão no Brasil: processos institucionalmente constrictos ou individualmente dirigidos? In: AVRITZER, Leonardo; ANASTASIA, Fátima (org.). **Reforma política no Brasil**. p. 259-271. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

_____; SMITH, Amy E.; LAYTON, Matthew L.; PEREIRA, Frederico Batista. **Legitimidade e qualidade da democracia no Brasil**: uma visão da cidadania. 1. ed., São Paulo: Intermeios; Nashville: LAPOP, 2011.

REYNOLDS, Andrew; REILLY, Ben; ELLIS, Andrew (org.). **Concepção de Sistemas Eleitorais**: uma visão geral do Novo Guia do International IDEA – Instituto Internacional para a Democracia e Assistência Eleitoral. Estocolmo, Suécia: International IDEA, 2005.

_____; _____. **Diseño de sistemas electorales**: El nuevo manual de IDEA Internacional. Estocolmo, Suécia: IDEA – International Institute for Democracy and Electoral Assistance, 2006. Tlalpan, México: Instituto Federal Electoral de Mexico, 2006.

RIAL, Juan. O dinheiro e as organizações políticas: regulações e realidade na América Latina. In: **Cadernos Adenauer**: reforma política: agora vai? Ano VI, n. 02, p. 91-121, Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2005.

RIBEIRO, Fávila. **Direito Eleitoral**, 4. ed. Rio de Janeiro - RJ: Forense, 1996.

_____. **Constituinte e participação popular**: o momento estratégico da ordenação pré-constituinte e a Emenda Constitucional nº. 25/85. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 1986.

RIBEIRO, Renato Janine. Sobre o voto obrigatório. In: BENEVIDES, Maria Victoria; VANNUCHI, Paulo; KERCHE, Fábio (org.). **Reforma Política e Cidadania**. 1. ed. p. 162-181, São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

ROBESPIERRE, Maximiliano. Revolução, povo e imprensa. In: CAPALDI, Nicholas (org.). **Da liberdade de expressão**: uma antologia de Stuart Mill a Marcuse. p. 105-108, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1974.

ROMÃO, Maurício Costa. **Eleições de deputados e vereadores**: compreendendo o sistema em uso no Brasil, 1. ed. Curitiba: Juruá, 2012.

SALGADO, Eneida Desiree. **Princípios constitucionais eleitorais**. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2015.

SAMUELS, David. Financiamento de campanha e eleições no Brasil. In: BENEVIDES, Maria Victoria; VANNUCHI, Paulo; KERCHE, Fábio (org.). **Reforma Política e Cidadania**. 1. ed. p. 364-391, São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

SAMPAIO, Maurício Souza. **Representação política e institutos de participação direta**. 1. ed. Pirassununga-SP: Lawbook, 2009.

SAMPAIO, Nelson de Sousa. **As ideias-forças da democracia**. 1. ed. Bahia: Imprensa Regina, 1941.

_____. **A propaganda e o direito**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1969.

SANTANO, Ana Claudia. **O Financiamento da política**: teoria geral e experiências no direito comparado. 1. ed. Curitiba: Editora Íthala, 2014.

_____. O financiamento coletivo de campanhas eleitorais como medida econômica de democratização das eleições. **Estudos Eleitorais**, Brasília, v.11, n. 2, p. 29-67, mai./ago. 2016.

_____ (coord.). **Reeleição presidencial nos sistemas políticos das Américas**. 1. ed. Curitiba: Íthala, 2015.

SANTOS, Fabiano. Em defesa do presidencialismo de coalizão. In: **Reforma política no Brasil**: realizações e perspectivas. p. 19-38. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2003.

SARTORI, Giovanni. **A teoria da democracia revisitada**: volume I – O debate contemporâneo. São Paulo: Ática, 1994.

_____. **Ingeniería constitucional comparada**: uma investigación de estructuras, incentivos y resultados. 3. ed. México: Fondo de Cultura Económica, 2003.

_____. Nem presidencialismo, nem parlamentarismo. **Novos Estudos**, n. 35, mar. 1993, p. 03-14, São Paulo: Cebrap, 1993.

SCHLICKMANN, Denise Goulart. **Financiamento de Campanhas Eleitorais**. 7. ed. Curitiba: Juruá, 2014.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

SILVA, José Nepomuceno da. **As alianças e coligações partidárias**. 1. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

SILVA, Luís Virgílio Afonso da. **Sistemas eleitorais**: tipos, efeitos jurídico-políticos e aplicação ao caso brasileiro. 1. ed. São Paulo: Malheiros, 1999.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Sociedade e política no Brasil**. São Paulo – SP: Difusão Européia do Livro, 1973.

SOBRINHO, Barbosa Lima. **Estudos Constitucionais**: Sistemas Eleitorais e Partidos Políticos. Rio de Janeiro – RJ: Instituto de Direito Público e Ciência Política; Fundação Getúlio Vargas, 1956.

SOUZA, Claudio André de; BARREIROS NETO, Jaime (coord.). **#DemocraciaBR**: o momento político atual. 1. ed. Salvador: JusPodivm; Faculdade Baiana de Direito, 2015.

SOUZA, Leonardo Barros. **Iniciativa popular**. 1. ed. São Paulo: IBCCRIM, 2003.

SPECK, Bruno Wilhelm. Reagir a escândalos ou perseguir ideais? A regulação do financiamento político no Brasil. In: **Cadernos Adenauer**: reforma política: agora vai? Ano VI, n. 02, p. 123-159, Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2005.

TAVARES, José Antônio Giusti. **Os sistemas eleitorais nas democracias contemporâneas**: teoria, instituições, estratégia. 1. ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

_____. **Reforma política e retrocesso democrático**: agenda para reformas pontuais no sistema eleitoral e partidário brasileiro. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998.

_____. (org.). **O sistema partidário na consolidação da democracia brasileira**. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 2003. (Coleção Brasil 2010, v. 03).

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A Democracia na América**, 4. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987.

TODOROV, Tzvetan. **Os inimigos íntimos da democracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

VITALE, Denise. **Democracia semidireta no Brasil pós-1988**: a experiência do orçamento participativo. 2004. 346 f. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação dos direitos das mulheres**: o primeiro grito feminista. 1. ed. Bauru: EDIPRO, 2015.